



Eixo: Questão agrária, urbana, ambiental e Serviço Social.
Sub-eixo: Ênfase na questão urbana.

A LUTA PELO DIREITO À CIDADE: A LUTA DOS MORADORES DO HORTO FLORESTAL DO RIO DE JANEIRO CONTRA A REMOÇÃO

RAFAEL SOARES GONÇALVES¹
VIVIAN MONTEIRO LESSA²

Resumo: O Jardim Botânico do Rio de Janeiro foi criado em 1808 e é um dos pontos turísticos da cidade. Em área contígua ao Jardim, funcionou o Horto Florestal da cidade. No decorrer dos anos, foi sendo permitida a ocupação de áreas do Horto Florestal por funcionários dessa instituição e do Jardim Botânico, constituindo o que, hoje, denominamos a localidade do Horto Florestal com aproximadamente 600 casas. O presente trabalho pretende trabalhar o processo de resistência dos moradores contra as tentativas de remoções dos moradores conduzidas pelo Jardim Botânico nos últimos anos.

Palavras-chave: Jardim Botânico; Horto Florestal; remoção; recursos digitais; museu social

Abstract: The Botanic Garden of Rio de Janeiro, created in 1808, is one of the tourist attractions of the city. The Horto Florestal (municipal tree nursery) was in its vicinity, but over the years, this area was occupied by employees of the nursery and the Botanic Garden, giving the birth to today's neighbourhood of Horto Florestal with approximately 600 houses. The present work intends to analyse the resistance process of the residents against the attempts of removals of residents led by the botanical garden in recent years.

Keywords: Botanical Garden; Horto Florestal; digital resources; social museum

1. INTRODUÇÃO

A cidade do Rio de Janeiro foi sede de uma série de eventos internacionais nos últimos anos, o que lhe conferiu uma grande visibilidade internacional. A preparação da cidade para tais eventos reforçou os conflitos fundiários, o que desencadeou um retorno de remoções de favelas. O presente trabalho pretende examinar o conflito envolvendo a administração do Jardim Botânico do Rio de Janeiro e os habitantes da localidade do *Horto Florestal*. O

¹ Professor com formação em outras áreas. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. E-mail: <rafaelsgoncalves@yahoo.com.br>.

² Estudante de Graduação. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Jardim Botânico do Rio de Janeiro foi criado em 1808 e é um dos pontos turísticos da cidade. Em área contígua ao Jardim, funcionou o Horto Florestal da cidade. No decorrer dos anos, foi sendo permitida a ocupação de áreas do Horto Florestal por funcionários dessa instituição e do Jardim Botânico, constituindo o que, hoje, denominamos a localidade do Horto Florestal com aproximadamente 600 casas. O conflito atual data dos anos 1980, mas ganhou nova expressão justamente durante o período de preparação da cidade para os Jogos olímpicos. Tanto o Jardim Botânico quanto o Horto Florestal estão situados no denominado Bairro do Jardim Botânico. Esse bairro sofreu importantes alterações nas últimas décadas: de operário e popular foi se tornando uma das áreas mais nobres da cidade e, desde a década de 1960, tem a sede da principal empresa de mídia do país: o Grupo Globo. A presença da localidade do Horto Florestal foi sendo objeto de fortes críticas nos últimos anos e vem sofrendo o risco de remoção por processos de reintegração de posse movidos pelo Jardim Botânico.

No contexto atual onde os discursos ambientais e de proteção do patrimônio ganham centralidade nas políticas urbanas das grandes metrópoles mundiais, o caso do Horto Florestal demonstra como tais discursos participam de uma política de legitimação de expulsão de bairros populares. Pretende-se abordar esse conflito a partir de duas dimensões: de um lado, compreender as justificativas empregadas para a remoção do Horto, que se baseiam nos discursos ambiental e de proteção do patrimônio da área. De outro lado, analisar os recursos digitais utilizados pelos moradores na luta contra a remoção. Serão analisados o sítio eletrônico do Museu do Horto, um museu social e de percurso, alimentado pelas memórias e documentos dos moradores, e as páginas da TV Horto e das Comissão de Moradores do Horto na rede social Facebook, utilizadas para visibilizar a mobilização social e as críticas às arbitrariedades cometidas pelos organismos públicos nas tentativas de remoção dos moradores. Essas iniciativas são esforços importantes de comunicação, sobretudo em um contexto em que o maior grupo de mídia do país exerce uma cobertura jornalística tendenciosa e abertamente contrária a presença da localidade do Horto Florestal no bairro do Jardim Botânico.

2. HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO DO HORTO FLORESTAL DO RIO DE JANEIRO

A criação do Jardim Botânico foi uma das primeiras iniciativas do príncipe regente de Portugal (Dom João VI) em terras brasileiras. Junto com o Jardim, foi criado no local uma Fábrica de Pólvora. Já existiam fazendas na região, como o engenho D'El Rey, que remonta de 1575 ou a Fazenda de Café dos Macacos, cuja sede é a edificação conhecida por Solar da Imperatriz, onde funciona atualmente a Escola de Botânica do Jardim Botânico. Além disso, a área do Horto Florestal era rota de fuga dos quilombos da região. Após a abolição, fábricas se instalaram na região (Fábricas de Tecido Carioca e América Fabril), dando um caráter operário e popular à essa região da cidade.

O Horto Florestal do Rio de Janeiro existe formalmente no mapa da cidade desde 1875, quando foi oficializado como parte integrante da Freguesia da Gávea. No decorrer dos anos, foi sendo permitida a construção de casas em áreas do Horto Florestal por funcionários dessa instituição e do Jardim Botânico, constituindo o que hoje denominamos a localidade do Horto Florestal. Conforme relata Miranda Filho (2012: 497), a instalação de moradias no local refletia mera conveniência à proximidade da força de trabalho então demandada na região. Essas moradias foram, assim, ao longo da história, permitidas e, em dados momentos, até mesmo incentivadas pelo poder público. Em 1916, conforme descrito por Miranda Filho (2012: 498), o então Presidente da República, Wenceslau Braz, promoveu, por meio da publicação do Decreto nº11.904, de 19 de janeiro, a anexação jurídico-formal do Horto Florestal ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro, de modo que aquele se tornou em teoria uma seção deste. No entanto, na prática, as duas áreas continuaram separadas e com fronteiras bem definidas, conforme é possível identificar na coleção cartográfica do Museu do Horto.³

³ Iniciativa de moradores e amigos do Horto, o Museu apresenta a história do Horto Florestal e seus tradicionais habitantes. Como analisaremos nas próximas páginas, trata-se de um museu de percurso, sem um espaço físico definido, que tem como missão preservar o rico e diverso patrimônio cultural material e imaterial do bairro através do acervo disposto no seu site e com iniciativas de visitas guiadas e iniciativas culturais no local. Sobre a questão das fronteiras entre o Horto Florestal e o Jardim Botânico, ver o subitem “cartografia” da seção acervo da página do museu: <http://www.museudohorto.org.br/Acervo?acervold=2550>

Em 1965, a União cedeu (Decreto 56.911) de forma gratuita à Central Elétrica Furnas [cessionária atual LIGHT] uma extensa área dentro do Horto Florestal para a instalação de linhas de transmissão de energia e, em 1968, através do Decreto nº 62.551, foi cedida outra extensa área para o Serviço de Processamento de Dados (SERPRO) do Governo Federal. Ainda na década de 60, houve uma tentativa de remover os moradores, cujas casas estavam situadas dentro do Horto Florestal para a instalação de um novo cemitério para a Zona Sul da cidade. Havia tratativas entre o Governo Federal e o governador Carlos Lacerda de transferir a posse do terreno para o então Estado da Guanabara. Na ata de reunião do secretariado da Guanabara, datada de 17 de junho de 1963⁴, a área era denominada Favela da Reserva Florestal dos Macacos⁵ e era ocupada por funcionários do Departamento de Águas e do Ministério da Agricultura com licenças concedidas pelo administrador do Horto Florestal.

A tentativa do uso do terreno do Horto Florestal prosseguiu alguns anos depois. Segundo Bizzo et ali (2005: 92), o terreno foi cedido para o BNH para a construção de 32 conjuntos residenciais de cinco andares (decreto presidencial nº62.698 de 14 de maio de 1968). Como veremos a seguir, essa doação suscitou forte reação dos moradores da área do entorno, sobretudo dos proprietários das mansões que começavam a se instalar na região, e esses conjuntos nunca foram construídos. O bairro operário e popular estava se aburguesando com rapidez na esteira das remoções, que vinham destruindo todas as favelas dos bairros circunvizinhos, sobretudo daquelas situadas no entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas.

O risco de remoção dos moradores do Horto Florestal foi retomado nos anos 1980 quando a União impetrou 236 ações de reintegração de posse de algumas casas situadas no interior da área do Horto Florestal. Nesse contexto, foram constituídas associações de moradores no local. De um lado, a associação de Moradores do Bairro do Jardim Botânico (AMA-JB), composta

⁴ Fundo Carlos Lacerda, Arquivo da Universidade Nacional de Brasília, Caixa nº116.

⁵ Na reunião do secretariado do dia 3 de junho de 1963 é relatado: “Em volta da placa que diz ‘Reserva Florestal dos Macacos’ já há 50 barracos. A Secretaria de Serviços Sociais deve tomar providências.” Fundo Carlos Lacerda, Arquivo da Universidade Nacional de Brasília, Caixa nº116.

pela população de alta renda do bairro, que defende a expulsão dos moradores da localidade do Horto Florestal e, de outra parte, a associação dos Moradores do Horto (AMAHOR), constituída em sua maioria por uma população de baixa renda, moradores da área do Horto Florestal e que lutam pelo direito de permanecerem no local.

O Jardim Botânico é atualmente uma autarquia, ligada diretamente ao gabinete do Ministro do Meio Ambiente [Lei 10.316/2001]. Hoje, quem cuida do caso do Horto é a Secretaria do Patrimônio da União (SPU), um órgão do Ministério do Planejamento. A SPU fez um amplo levantamento das questões dos moradores do Horto e, em um projeto de regularização fundiária discutido com a comunidade e elaborado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FAU/UFRJ), foi reconhecido o direito de permanência dos moradores. Esses processos foram temporariamente suspensos em 2010, quando se instaurou a Câmara de Conciliação para buscar uma solução extrajudicial ao caso (Miranda Filho, 2012: 499). Como descreve o jurista Edésio Fernandes⁶, surgiu então um fato inédito na história brasileira: a entrada em cena do Tribunal de Contas da União (TCU), órgão de controle interno da administração pública. Embora o TCU não seja aberto a esse tipo de interpelação direta de grupos, o órgão foi acionado pela Associação do Bairro do Jardim Botânico (AMA-JB) e suspendeu o referido projeto de regularização fundiária de interesse social que vinha sendo feito pelo SPU em convênio com a FAU/UFRJ.

Ainda que não fosse mais do interesse da União promover a retirada das famílias, o TCU solicitou a anulação do processo de regularização fundiária e solicitou nova demarcação do Jardim Botânico. É importante salientar que toda a área, Jardim Botânico e Horto Florestal, pertenciam à União. O TCU determinou, ainda, que novas ações fossem propostas para remoção das demais famílias, que ainda não tinham sido objeto de qualquer ação judicial⁷. Uma nova demarcação foi feita por uma comissão integrada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), pelo SPU e pelo Instituto do Patrimônio Histórico

⁶ Ver entrevista no site www.canalibase.org.br/os-falsos-argumentos-para-a-remocao-do-horto/ (acesso em outubro de 2017).

⁷ Segundo Bizzo et ali (2005: 25), o cadastro do Instituto de Terras do Rio de Janeiro de 2004 identificou 589 moradores na área.

Artístico e Nacional (IPHAN), neste caso porque o parque é tombado, mudando os limites tradicionais entre Horto Florestal e Jardim Botânico com base em interpretação própria de documentos históricos e, assim, condenando mais de 520 famílias à remoção⁸. Diante das mudanças políticas após o impeachment da presidente Dilma Rousseff, a própria SPU, que patrocinava a regularização fundiária, mudou de posição. As ações de reintegração de posse foram retomadas e algumas famílias já foram expulsas nos últimos meses.

3. O DISCURSO AMBIENTAL E A REMOÇÃO DO HORTO FLORESTAL

É bem verdade que o conflito entre os moradores do Horto e o Jardim Botânico colocou órgãos da administração federal em polos opostos. De um lado, a Superintendência do Patrimônio da União (SPU)⁹ e, de outro, o Ministério do Meio Ambiente. Esse conflito não era consenso nem mesmo dentro do Partido dos Trabalhadores (PT), manifestando tensões entre o então secretário Estadual do Meio Ambiente, Carlos Minc, e o então Secretário da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Edson Santos, irmão de Emília Maria Santos, moradora do Horto e principal liderança local. Em reportagem do Jornal O Globo, de 18 de maio de 2016, a então presidente do Jardim Botânico à época, Samyra Crespo, afirmou que tinha encaminhado um documento à Polícia Federal, no qual cita “claros indícios de escalada de violência, de estratégias de ‘guerrilha urbana’ e de presença de criminosos na área”. No ofício, ela pede um trabalho de inteligência e um plano de segurança emergencial. A ex-presidente do Jardim Botânico destacou, ainda, na mesma reportagem, as consequências da ocupação:

Ter moradores dentro do arboreto tombado, como existe hoje, é um escândalo e no corredor de mata que liga o arboreto ao Horto é incompatível com a função de um Jardim Botânico dedicado à educação, à ciência e ao turismo científico. Além disso, a franja do Parque da Tijuca não pode ser favelizada. A última chuva de verão fez descer toneladas de lixo da comunidade do Horto até o jardim,

⁸ www.canalibase.org.br/os-falsos-argumentos-para-a-remocao-do-horto/ (acesso em outubro de 2017).

⁹ A partir de 2003, a SPU priorizou a garantia da função socioambiental dos bens imóveis da União em harmonia com a função histórica arrecadadora exercida pelo órgão.

assoreando nossos córregos e canaletas. Existe um conflito difícil de administrar, e a comunidade é hostil. Temos vários documentos que mostram invasão e ameaças a funcionários.

A sua fala traz uma série de indícios para refletir como a questão ambiental foi acionada para justificar a remoção dos moradores. Em primeiro lugar, o discurso de proteção ambiental tornou-se uma expressão vaga e perigosa. Souza (2015: 28) identifica que o Rio de Janeiro é o exemplo mais eloquentes no Brasil de uma geopolítica urbana que se serve do discurso ecológico (“ecogeopolítica” urbana) para promover objetivos de controle do uso do solo (vale dizer, de controle social) de um modo aparentemente compatível com uma “democracia” representativa à brasileira. Isso se manifesta também no emprego indiscriminado da retórica do risco ambiental que sempre foi evocado para justificar a expulsão das favelas da cidade (Gonçalves, 2013 e Gonçalves, 2015).

Ora, a partir da fala acima da ex-presidente do Jardim Botânico, observa-se um esforço de identificar os moradores do Horto como favelados. A categoria favela foi utilizada como elemento para justificar a urgência em expulsar os moradores dali. “Favela” se torna, segundo Motta (2014), uma maneira de homogeneizar as diferentes formas de ocupação espacial da cidade no intuito de remover os mais pobres. É bem verdade, conforme salienta Miranda Filho (2012: 500), que houve um aumento do número de casas na área. Segundo dados do registro cadastral do Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ), o número de casas saltou de 377 em 1975 para 589 em 2007. Em que pese esse aumento nos últimos anos, não se observa, no entanto, atualmente, uma expansão acelerada das construções, tampouco a verticalização das benfeitorias ali existentes¹⁰.

Identificar uma favela é uma tarefa complexa, assim como é difícil definir se o Horto é ou não uma. É certo que os moradores locais não se reconhecem

¹⁰ O então prefeito Cesar Maia, em Ofício (GP 460-2005) enviado ao superintendente da União no Rio de Janeiro, datado de 23 de dezembro de 2005, corrobora com esse entendimento e reconhece a ocupação histórica dos moradores no local em diálogo com a proteção do meio ambiente e manifesta o interesse em declarar a Área de Especial Interesse Social: “A vila (do Horto) não tem criminalidade, favelização, nem tráfico, mas enfrenta alguns problemas sociais relativos à moradia, à cidadania e à identidade. Hoje, a Administração do Jardim Botânico insiste na tese de remoção dessas famílias, o que fere, justamente, esses direitos.” Ofício GP 460-2005 de 23 de dezembro de 2005 in www.museudohorto.org.br/Carta_de_apoio_do_ex-prefeito_Cesar_Maia_à_criação_da_AEIS_do_Horto (acessado em outubro de 2017)

como favelados, enquanto que os moradores dos bairros nobres do entorno classificam o local como mais uma favela da cidade. Segundo o Sistema de Assentamentos de Baixa Renda (SABREN) da Prefeitura do Rio de Janeiro, a área é denominada como favela do Horto¹¹. Não seria o caso de nos estender aqui sobre como classificar uma favela, mas de compreender como a gestão do Jardim Botânico e a mídia, sobretudo o jornal O Globo, procuraram qualificar os moradores como favelados como estratégia para desqualificá-los. O texto do jornalista Marcos Sá Correa, “*Que belo horto para plantar favela*”¹², demonstra claramente essa contraposição entre os pretensos atributos negativos das favelas e as prerrogativas de conservação do meio ambiente.

Outro aspecto importante da fala da ex-presidente Samyra Crespo é a utilização do discurso do risco ambiental para justificar remoções. Segundo reportagem anterior do Jornal o Globo, de 5 de fevereiro de 2012, o Departamento de florestas do Ministério do Meio Ambiente afirmou que há risco em casas construídas em áreas de proteção permanente do Horto, como aquelas erguidas às margens do Rio Macacos e nas encostas da localidade conhecida por Grotão. Essa mesma questão foi levantada pela Associação de Moradores do Jardim Botânico (AMA-JB) em carta endereçada ao Ministro do Tribunal de Contas da União, Valmir Campelo, que afirmou em seu parecer (TCU, 2012: 68) ter recebido solicitação da AMA-JB para prestar especial atenção para o relatório elaborado pela Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente em relação à inspeção das áreas de preservação permanente e áreas de risco do Jardim Botânico.

A fala da ex-presidente faz alusão, ainda, ao corredor da mata entre o arboreto (área de visitação do Jardim Botânico) e o Horto Florestal. A questão da fronteira entre o Jardim Botânico e o Horto é frequentemente acionada para justificar posições distintas. A construção da escola municipal Julia Kubistchek, em 1961, demonstra o esforço do poder público de responder as necessidades dos moradores do Horto, assim como definia a fronteira entre o Jardim

¹¹ Para maiores informações:

<http://pcrj.maps.arcgis.com/apps/MapJournal/index.html?appid=4df92f92f1ef4d21aa77892acb358540> (acesso em outubro de 2017).

¹² Ver <http://www.oeco.org.br/colunas/marcos-sa-correa/24578-que-belo-horto-para-plantar-favela/> (acesso em outubro de 2017).

Botânico e o Horto Florestal. Muitos moradores nos relataram que o Jardim Botânico vem alargando suas fronteiras, o que acabou incorporando casas de moradores do Horto dentro da área de visitação do Jardim Botânico. Em entrevista realizada com o atual presidente da AMAHOR¹³, ele afirmou que a instalação, em 2001, da Escola Nacional de Botânica Tropical do Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico no solar da Imperatriz, reforçou as pretensões do Jardim Botânico sobre a totalidade da área ocupada pela localidade do Horto.

O Jornal O Globo, de 29 de agosto de 2011, reforça esse entendimento quando relata que o Jardim Botânico mandou abrir uma estrada por dentro da localidade para interligar o arboreto ao Solar da Imperatriz. O jornalista Marcos Sá Corrêa reforça também a importância da incorporação do Solar da Imperatriz às atividades do Jardim Botânico como forma para justificar as pretensões dessa instituição à totalidade da área do Horto florestal: *“Ainda nem percebeu que o arboreto é, oficialmente, o laboratório a céu aberto de um instituto de pesquisas chamado Jardim Botânico do Rio de Janeiro, cuja Escola Nacional de Botânica Tropical está, por sinal, separada dos laboratórios e bibliotecas pela favela do tal ‘Parque Jardim Botânico’”*¹⁴.

Ainda segundo a reportagem do Jornal O Globo de 18 de maio de 2016, a ex-presidente do Jardim Botânico justificou a expulsão das casas do Horto para que o Jardim Botânico possa se dedicar à educação, à ciência e ao turismo científico. Observa-se, nos últimos anos, o uso de áreas de proteção ambiental como ativos econômicos no contexto de valorização imobiliária ou no mercado de turismo internacional (Maciel e Gonçalves, 2016). Trata-se, assim, do processo evocado por Souza (2017) como conservacionismo gentrificador. É interessante salientar que a mesma reportagem que argumenta a importância de expulsar os moradores para garantir o uso público da área do Horto, avalia que aqueles terrenos podem alcançar a impressionante soma de R\$ 10,6 bilhões. Segundo o jurista Edésio Fernandes¹⁵, a ocupação das áreas

¹³ Entrevista realizada em maio de 2017.

¹⁴ Ver <http://www.oeco.org.br/colunas/marcos-sa-correa/24578-que-belo-horto-para-plantar-favela/> (acesso em outubro de 2017).

¹⁵ Ver entrevista no site <http://www.canalibase.org.br/os-falsos-argumentos-para-a-remocao-do-horto/> (acesso em outubro de 2017).

vizinhas ao Jardim Botânico por mansões é intensificada a partir dos anos 1980, sendo que, nos anos 1990, o Condomínio Canto e Mello, que é de alta renda, se instalou no topo da encosta que chega ao Morro das Margaridas, esse morro já situado dentro do Horto Florestal. O condomínio foi condenado na justiça por sua construção ser considerada ilegal, já que o mesmo estava situado dentro de área de preservação ambiental.

Esse caso demonstra como a igualdade jurídica no Brasil é uma mera ficção e o mesmo discurso ambiental pode ser utilizado de forma distinta, garantindo ou suprimindo direitos, conforme nos relata a reportagem do Jornal O Globo, de 15 de maio de 2012, sobre a condenação judicial do Condomínio Canto e Mello. Na sentença descrita na reportagem, o desembargador Maurício Caldas Lopes explica que não se optou pela derrubada das casas porque, de acordo com o perito judicial, seria de “extremo radicalismo”, devido à natureza geográfica do local. A área não suportaria intervenções como demolições, movimentos de máquinas e caminhões. No entanto, segundo o magistrado, sendo a área de preservação permanente, a floresta e a vegetação local devem ser integralmente recompostas. Ficou decidido, portanto, que os moradores poderiam ficar, e somente deveriam pagar uma indenização por dano à coletividade e o custeio de um projeto de reflorestamento¹⁶.

Por fim, baseando-nos, ainda, sobre a reportagem do Jornal O Globo de 18 de maio de 2016, a então presidente do Instituto do Jardim Botânico faz alusão as pretensas práticas hostis dos moradores em relação aos funcionários do Jardim Botânico e as qualifica como uma espécie de guerrilha urbana. A situação é realmente muito tensa, sobretudo diante da completa ausência de diálogo entre moradores e a administração do Jardim Botânico. Os moradores, por sua vez, procuram se articular para fazer frente ao risco de remoção, organizando assembleias, vigílias noturnas para acompanhar uma possível ordem judicial de despejo, levantando barricadas e mobilizando autoridades

¹⁶ Essa mesma questão se manifestou também no caso da mansão do político Índio da Costa. Segundo reportagem da revista *Veja*, de 22 de setembro de 2016, a sua mansão fora construída em área devastada e sujeita a deslizamentos. O problema foi resolvido com a elaboração de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público em que o político foi obrigado a recompor parte da área da mata destruída.

políticas e judiciais para reverter a situação de despejo iminente de muitos moradores.

Os moradores se articulam em torno da Associação de moradores (AMAHOR) e, mais recentemente, em torno de uma comissão de moradores. Essa comissão é composta por moradores, que divergem em parte da atuação da associação e, após terem perdido a última eleição para a associação, resolveram organizar um coletivo mais informal para atuar na luta contra as remoções. Ambos os grupos lutam pela mesma causa. Uma importância ferramenta de mobilização política é o uso das redes sociais, como demonstra as páginas do Facebook da TV Horto e da Comissão de Moradores do Horto. Além de atuar também em questões do cotidiano local, como perda de animais ou avisos de falecimento de moradores, essas páginas se envolvem diretamente na mobilização e organização das atividades de resistência dos moradores. Convocam para reuniões, assembleias, relatam e divulgam, de diferentes formas, as lutas dos moradores pela permanência no local. Como ferramenta de articulação política, tais páginas acabam exercendo um papel importante na construção da identidade local do bairro.

4. A MEMÓRIA COMO INSTRUMENTO POLÍTICO

Além da discussão ambiental, o discurso de proteção do patrimônio histórico e paisagístico do Jardim Botânico e do Horto Florestal foi mais um elemento evocado para justificar a remoção dos moradores do Horto. O relatório do TCU (2012: 4) afirmou, que dos onze setores geográficos delineados pelo projeto de regularização fundiária da FAU/UFRJ, somente o Setor 01, chamado “Dona Castorina”, estaria fora do polígono de tombamento do Jardim Botânico e poderia ser regularizado. Trata-se do único setor que está à margem esquerda do Rio Macacos, do outro lado da Rua Pacheco Leão. Conforme analisado por Miranda Filho (2012: 498), a ideia de tombamento da área foi retomada no momento da controvérsia sobre a destinação do Horto Florestal para a construção de conjuntos habitacionais do BNH. O tombamento de todo o conjunto paisagístico do Jardim Botânico e Horto Florestal ficou consubstanciado pela instrução de três atos administrativos, o primeiro já a

partir do fim da década de 1930 e o último finalizado em 1973. No entanto, ainda segundo Miranda Filho (2012: 510), não há certeza da Administração Pública quanto aos exatos limites e o conteúdo do tombamento.

De qualquer forma, o entendimento do tombamento da área se restringe ao acervo científico e paisagístico, às construções específicas e aos sítios arqueológicos, mas não leva em consideração o patrimônio imaterial ali existente, ou seja, a proteção do patrimônio pressupõe a expulsão da população que ali vive há décadas e foi diretamente responsável na conformação do bairro e na proteção das construções históricas locais. O parecer do ministro Walter Alencar no relatório do TCU (2012: 70) demonstra a relação entre salvaguarda do patrimônio e proteção ambiental como dispositivos para justificar a expulsão dos indesejados de áreas nobres da cidade:

“A propósito, o que está a ocorrer no Jardim Botânico do Rio de Janeiro bem demonstra o nível de apreensão, entre nós, da significação do conceito de patrimônio público e cidadania. Em comparação, seria inconcebível cogitar que áreas públicas do Hyde Park, em Londres, ou do Central Park, em Nova Iorque, ou do Bois de Boulogne, em Paris, pudessem ser objeto de tal atentado. Qualquer ousadia semelhante a que hoje se perpetra no Rio de Janeiro seria objeto de revolta popular, em defesa do meio-ambiente. Em exemplo grotesco, a utilização das áreas do Horto Florestal do Rio de Janeiro, para a finalidade de regularização fundiária, é hipótese idêntica à da utilização da Praça Nossa Senhora da Paz, em Ipanema, para assentamento popular dos mendigos que ali habitam (ou habitavam) em caixotes de papelão.

Como forma de contrapor ao discurso elitista de proteção do patrimônio histórico, foi criado o Museu do Horto na esteira de uma experiência museológica que se reproduz em várias favelas da cidade. Tais museus (Museu da Maré, Museu das Remoções, Museu das Favelas, Museu Sankofa....) apresentam uma experiência de museologia social, que evoca como experiências e iniciativas dispostas a resistir às tentativas de normatização, standardização e controle perpetradas por determinados setores culturais e acadêmicos (Chagas e Gouvea, 2014:16). Conforme explicam os autores, a museologia social está comprometida com a redução das injustiças e desigualdades sociais e com a utilização do poder da memória, do patrimônio e do museu a favor das comunidades populares (idem, 17). O

Museu do Horto não possui um espaço físico definido, mas se reivindica como um museu de percurso. O próprio bairro é o Museu e o seu acervo documental é disponibilizado em seu sítio eletrônico (www.museudohorto.org.br). Trata-se, assim, de um “museu aberto” e reflexivo, que procura se auto examinar, de forma a se construir junto com a construção cultural da própria localidade onde está inserido (Oliveira, 2013: 3).

O esforço da implementação de museus em favelas, como o do Horto, se transforma em um instrumento político para fazer que memórias subterrâneas possam prosseguir seu trabalho de subversão em uma disputa de memória em contextos de conflito e competição entre memórias concorrentes (Pollak, 1989). A página da internet foi amplamente utilizada para difundir notícias sobre o Horto Florestal, focando-se sobretudo na luta contra as remoções. Esse sítio eletrônico apresenta um enorme acervo documental e cartográfico, que foi muitas vezes utilizado inclusive nos processos judiciais de despejo dos moradores. Há anos não há infelizmente atualizações na página. O uso das redes sociais e, sobretudo, do aplicativo whatsapp pelos moradores em suas lutas locais contra a remoção se revelou provavelmente mais prático, ágil e, no caso do aplicativo, mais discreto.

A experiência do museu trouxe uma nova categoria à baila no conflito, que foi a reivindicação da localidade do Horto como uma Comunidade Tradicional. Assim como descrito por Mota (2014: 42) para o caso da população do Morro das Andorinhas em Niterói, os moradores do Horto “mobilizam seus repertórios de motivações assentados em uma ideia de ancestralidade, fazendo de sua “tradicionalidade” um recurso moral e simbólico de reconhecimento de suas demandas e reclames de acesso ao direito de permanecer em suas terras”. A emergência da categoria tradicional deu nova visibilidade positiva às demandas dos moradores, em contraste, ao que também afirma Mota (2014:51), ao esforço da mídia e dos outros atores envolvidos no conflito em operar com a categoria favela como forma de estigmatizar os moradores do Horto Florestal. Aludir a “tradicionalidade” permite aos moradores se contrapor aos discursos ambientais e de proteção do patrimônio histórico. Esse processo foi percebido e rapidamente questionado por setores envolvidos na defesa dos interesses do Jardim Botânico. O artigo

do jornalista Marcos Sá Correa, por exemplo, (O Globo, 3 de dezembro de 2010), fez duras críticas à fundação do Museu do Horto e sublinhou ironicamente: “Talvez esteja em gestação um quilombo no Horto”.

5. CONCLUSÃO

A partir dessa breve discussão do conflito entre a administração do Jardim Botânico e os moradores do Horto, compreende-se que o uso dos discursos ambientais e de proteção do patrimônio histórico se manifesta mais como um dispositivo apto a legitimar a expulsão de populações consideradas indesejadas do que como forma de garantir o interesse público da coletividade. O uso de ferramentas digitais se manifesta como um elemento central nas estratégias políticas dos moradores, contribuindo para fortalecer a identidade do bairro e permitindo a articulação dos moradores pela permanência no local. Tanto as redes sociais quanto o sítio eletrônico do Museu do Horto se manifestam como um esforço dos moradores de construir outras narrativas, o que se revela imprescindível no contexto brasileiro onde o serviço prestado pela grande mídia é por deveras parcial e tendencioso.

REFERÊNCIAS

- BIZZO, M. N.; SALES, R. de C.; NEVES, C. R. **Cacos de memória**. Experiências e desejos na (re) construção do lugar: o Horto florestal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fábrica de livros, 2005.
- BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Relatório de Levantamento (TC 030.186/2010-2)**. Rio de Janeiro, RJ, 2012.
- CHAGAS, M.; GOUVEIA, I. “Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação)”, **Cadernos do CEOM**, Santa Catarina, v. 27, n. 41, p. 9-21, 2014.
- GONÇALVES, R. S. **Favelas do Rio de Janeiro: história e direito**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.
- _____. “São as águas de março fechando o verão...”: chuvas e políticas urbanas nas favelas cariocas”. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 98-119, 2015.

MACIEL, G. G.; GONÇALVES, R. S. “Mercantilização da cidade do Rio de Janeiro e a concessão do Setor Corcovado / Paineiras do Parque Nacional da Tijuca”. **Revista História & Luta de Classes**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 44-55, 2016.

MIRANDA FILHO, A. “Existe solução justa para o caso do Jardim Botânico?”. **Revista Direito GV**, São Paulo, v.8, n. 2, p. 485-526, jul./dez. 2012.

MOTA, F. R. “O meio ambiente contra a sociedade? Controvérsias públicas, reconhecimento e cidadania no Brasil”. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, [S.l.], v.7, n. 1, p. 39-57, jan./mar. 2014.

OLIVEIRA, G. “O museu como um instrumento de reflexão social”. **MIDAS Museus e estudos interdisciplinares**, [S.l.], v.2, n.1, p. 1-16, 2013.

POLLAK, M. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p.3-15, 1989.

SOUZA, M. L. de. (2017). “**For the Sake of the Common Good?** “Gentrifying Conservationism” and “Green Evictions”, *The Nature of Cities* (TNOC). 2017. Disponível em: <<http://www.thenatureofcities.com/2017/08/13/sake-common-good-gentrifyingconservationism-green-evictions>>. Acesso em: 26 out. 2017.

_____. “Proteção ambiental para quem? A instrumentalização da ecologia contra o direito à moradia”. **Mercator**, Fortaleza, v. 14, n. 4, p. 25-44, dez. 2015.